

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 28/05/2019

- [Palácio da Justiça recebe exposição de fotos sobre mães de crianças autistas](#)
- [Carmén Lúcia nega HC coletivo em favor de transexuais adolescentes](#)
- [Senado envia kits de divulgação do programa Jovem Senador para as escolas](#)
- [Juíza da VEMSE e diretora da VIJ-DF palestram em seminário da infância e juventude](#)
- [Senado homenageia agentes de proteção e o Dia Nacional da Adoção](#)
- [Governo de Pernambuco e MPT discutem inclusão de socioeducandos no mercado de trabalho](#)
- [Por falta de vínculo com padrinhos, Terceira Turma determina permanência de criança com casal adotivo](#)
- [Proposta aprovada recomenda atuação conjunta entre MPT e MPs estaduais para enfrentar o trabalho infantil](#)

Assunto: Palácio da Justiça recebe exposição de fotos sobre mães de crianças autistas

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 28/05/2019



A sede do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o Palácio da Justiça, até sexta-feira (31/5), recebe exposição de fotos com o tema “Sim, somos mães de autistas. Precisamos continuar sorrindo”, organizada pelo grupo Super Mães, entidade que congrega mais de 800 membros, em parceria com a Associação de Mães de Anjos Azuis. As 20 fotos, produzidas pela fotógrafa Amanda Lage, exibem momentos entre as 32 mães e seus filhos.

O objetivo do grupo, criado por Paula Carolina Aleixo, mãe de uma criança com o Transtorno de Espectro Autista (TEA), em julho de 2014, é dividir as dificuldades e êxitos com outras

mulheres que estão passando pela mesma situação. “A proposta da exposição também é levar a sociedade a olhar para essas que cuidam e lutam pelos direitos dos seus filhos diariamente, e que precisam de apoio para viver como mulheres que são.” Ainda segundo Paula Carolina, “é importante que a sociedade nos enxergue para que a vida nos permita sorrir”.

O evento participou anteriormente da 17ª Semana Nacional dos Museus, realizada entre os dias 13 e 19 de maio últimos, por iniciativa do Memorial da Justiça do TJPE, órgão vinculado à Secretaria Judiciária (Seju) e que também promove a atual edição da mostra fotográfica. O Palácio da Justiça fica na Praça da República, s/n, no bairro de Santo Antônio, no Recife, funcionando das 7h às 19h. Exposição fica em cartaz até 31 de maio.

Assunto: Carmén Lúcia nega HC coletivo em favor de transexuais adolescentes

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 28/05/2019



A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou seguimento a um *habeas corpus* que pretendia garantir a transferência para unidades femininas, ou para ambientes especiais, caso fosse seu desejo, de travestis e transexuais menores de idade que se encontrem em abrigos e unidades de internação para meninos.

O pedido havia sido impetrado pela Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (Aбраfн), na esteira de outros HC's coletivos concedidos pelo Supremo, como aquele em que, ano passado, a Segunda Turma da Corte determinou a soltura de presas gestantes e mães com filhos de até 12 anos.

Entre seus argumentos, a Aбраfн destacou a superlotação das unidades de internação pelo país e citou episódios de violências perpetrados contra transexuais que dividiam celas com homens, entre os quais estupros coletivos eram recorrentes.

Ante o quadro, a Aбраfн afirmou que “transexuais e travestis postas em quartos/alojamentos/celas de adolescentes heterossexuais do gênero masculino estão sensivelmente sujeitas a um iminente perigo de dano físico e psicológico”. Atuou como coautor do HC o Grupo de Apoio à Adoção Benquerer, de Belo Horizonte.

Escolhida relatora por sorteio, a ministra Cármen Lúcia reconheceu “a relevância da questão trazida a este Supremo Tribunal no caso em exame”, mas entendeu que as autoras do pedido não atendiam aos critérios para ter a legitimidade de impetrar um HC coletivo, nos moldes já aceitos pelo Supremo.

A ministra mandou oficialiar a Procuradoria-Geral da União (PGR) e a Defensoria Pública da União (DPU) para, caso julguem necessário, “adotarem as providências que entenderem cabíveis, incluídas aquelas de natureza judicial”.

De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgados em novembro, existem hoje no país 22.203 adolescentes internados em unidades socioeducativas, 3.921 dos quais de modo provisório, ainda ao aguardo de uma sentença judicial.

Assunto: Senado envia kits de divulgação do programa Jovem Senador para as escolas

Fonte: Agência Senado

Data: 28/05/2019



Os kits de divulgação do programa Jovem Senador 2019 já estão a caminho das 21.231 escolas públicas estaduais de todo o país aptas a participar. Neste material, está o regulamento do Concurso de Redação, a ficha de inscrição, a folha de redação, o check list de entrega, a compilação das redações e projetos de 2018 e cartazes do projeto e de ações institucionais parceiras. Os kits foram enviados pelos Correios e a estimativa é de que sejam entregues a partir de meados de junho. Todo o material também pode ser acessado no site do projeto.



O Jovem Senador é um projeto do Senado que proporciona vivência parlamentar para alunos do ensino médio da rede pública estadual de até 19 anos. Anualmente são selecionados 27 alunos, um de cada unidade da federação, para representar seu estado em um mandato de uma semana em Brasília. As inscrições estão abertas até 16 de agosto.

— As escolas poderão divulgar o concurso de redação do Senado ainda antes das férias de julho, poderão provocar a reflexão sobre o tema "Cidadão que acompanha o Orçamento público dá valor ao Brasil" e terão algumas semanas para trabalhar o tema até agosto, quando devem enviar as redações — acredita Herivelto Ferreira, coordenador de Gestão de Eventos do Senado, área responsável pela organização do Jovem Senador.

O envio de kits geralmente é feito via mala direta, quando a correspondência padronizada segue diretamente para as escolas. Quando os coordenadores do projeto no estado solicitam que os kits sejam enviados para as regionais ou para as secretarias de estado de educação (Seducs), para que esses órgãos intermediem a entrega às escolas, os kits seguem via encomenda. A opção da entrega intermediada é, muitas vezes, necessária, a fim de garantir o recebimento dos materiais nas comunidades indígenas, quilombolas ou escolas das zonas rurais.

Envio sob medida

Os estados de Alagoas, Paraná, Rio Grande do Sul e Rondônia optaram por receber todos os kits via encomenda, para personalizarem a entrega. Acre, Mato Grosso e Roraima optaram por um recebimento híbrido: parte segue diretamente para as escolas, parte terá a entrega

intermediada. Além das escolas, também receberão os kits do Jovem Senador as secretarias de educação, parceiros e apoiadores do projeto. Ao todo são 22.761 kits montados e enviados.

O envio dos kits é planejado e realizado para atingir com a maior eficiência possível a totalidade das escolas que podem participar do projeto. A envelopagem dos kits e montagem das encomendas é a fase final de um processo que teve início em janeiro, quando começaram a ser produzidos e impressos os materiais para o envio. Além das muitas revisões, provas e teste de materiais, é necessário também o cuidado com os endereços para o envio.

A lista das escolas públicas estaduais de todo o Brasil é compilada e revisada anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação. A base de dados higienizada, como eles mesmos a chamam, é disponibilizada ao Senado Federal, parte da parceria entre os dois órgãos. A equipe do Jovem Senador encaminha a lista de cada unidade da federação para os coordenadores do projeto nos estados para que possam confirmar os dados e definir a melhor forma de envio, conforme cada realidade.

Com os dados confirmados são produzidas aproximadamente 23 mil etiquetas, providenciado o transporte de todos os itens impressos para o galpão de montagem e dá-se início ao trabalho de montagem e envio, que dura cerca de uma semana.

Sobre o Jovem Senador

O Jovem Senador é um projeto do Senado Federal, existente no seu formato atual desde 2011. A seleção dos 27 alunos é feita por meio de uma redação, que deve ser produzida na escola com a orientação de um professor. O professor orientador da redação vencedora também ganha uma viagem a Brasília para conhecer de perto o Parlamento e acompanhar a jornada legislativa do seu aluno.

No intuito de envolver a comunidade escolar e proporcionar a reflexão sobre o tema anual, a equipe organizadora do projeto propõe que o tema seja trabalhado em sala de aula e uma redação, que segue os mesmos moldes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), seja feita como parte dos estudos. Depois de produzidas, a escola deve escolher o texto que representará a unidade de ensino. Somente uma redação por escola pode ser inscrita. A inscrição é efetivada na entrega da redação e documentos necessários nas secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal.

Assunto: Juíza da VEMSE e diretora da VIJ-DF palestram em seminário da infância e juventude

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 28/05/2019



No último dia do Seminário da Infância e da Juventude – Prosa em Rede sobre Proteção Integral da Criança e do Adolescente (23/5), organizado pela Defensoria Pública do DF, palestraram a juíza Lavínia Tupy, titular da Vara de Execução de Medidas Socioeducativas do DF (VEMSE), e a diretora-geral administrativa da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal (VIJ-DF), Simone Resende.

A palestra da diretora Simone Resende foi realizada no painel “Enfrentamento da violência e interrupção do ciclo de violações pela inserção no mercado de trabalho de adolescentes em acolhimento institucional ou em conflito com a lei – a reinserção social dos egressos do sistema socioeducativo”. Simone exortou todos os presentes a refletirem sobre o que cada um está fazendo para a construção de um mundo melhor a fim de que crianças e adolescentes tenham mais oportunidades e estímulos para se desenvolverem no meio social.

Simone pediu que todos imaginassem um mundo ideal, no qual todas as famílias tivessem acesso a um ensino de qualidade e um sistema de saúde eficiente, com trabalho para todos. “É realmente tão difícil pensar em um país em que a formação de um cidadão de bem seja pensada de maneira sistêmica, trabalhando todas as políticas públicas para que se tenha vida em abundância em todos os pilares da nossa vida? ”, questionou.

“Nós realmente estamos vendo o nosso próximo como um irmão, merecedor de abundância em todos os pilares da vida tanto quanto nós? Ou estamos preocupados somente com a nossa realização pessoal e atingimento pessoal da abundância? ”, voltou a indagar Simone.

Exemplo de superação

Em sua apresentação, a juíza Lavínia Tupy, da VEMSE, apresentou o exemplo de um jovem egresso do sistema socioeducativo que, conforme a magistrada, demonstra ter um potencial muito grande para redigir. Ela contou que o rapaz escreveu uma autobiografia contando a sua história desde os 11 anos e mostrando toda a sua realidade como interno de uma unidade socioeducativa. Gabriel, segundo ela, tem o desejo de se formar em Direito e se tornar um tabelião.

“Esse rapaz é um exemplo entre vários outros que precisam ser apresentados para aqueles que acham que não é possível superar as dificuldades e recuperar quem cometeu uma infração. É necessário que as pessoas mudem seu entendimento, parem de estigmatizar aquelas que não tiveram o mesmo carinho e oportunidades que as demais. Se o adolescente errou, eu cito para eles a frase daquela música 'levanta, sacode a poeira e dá a volta por cima'”, disse a juíza Lavínia.

Lavínia ressaltou a importância da educação na vida dos adolescentes. “Um dos fatores de proteção que pode trazer perspectiva de vida ao socioeducando é a aprendizagem, porque traz a possibilidade de gerar renda e viver o sonho de uma nova vida”, finalizou a magistrada.

Também participaram do evento o deputado distrital e vice-presidente da Comissão de Fiscalização, Governança e Controle da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Leandro Grass; o subsecretário do Sistema Socioeducativo da Secretaria de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, Demontiê Alves Batista Filho; a subsecretária de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal, Adriana Faria; a coordenadora-geral de Assuntos Socioeducativos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Giselle Cyrillo; a assessora da Presidência da Escola Nacional de Administração Pública e coordenadora do Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência da ENAP, Anna Paula Eminella; a coordenadora do Núcleo de Atendimento Integrado, Juliana Rodrigues Pereira; o professor do Sistema Socioeducativo Mauro Evangelista; e a procuradora de Justiça do Ministério Público do Trabalho Ana Maria Villa Real.

Assunto: Senado homenageia agentes de proteção e o Dia Nacional da Adoção

Fonte: Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude

Data: 28/05/2019



Duas datas importantes no calendário da Justiça Infantojuvenil foram marcadas com homenagem pelo Senado Federal na última sexta-feira (24/5). O Dia do Agente de Proteção da Infância e da Juventude (20/5) e o Dia Nacional da Adoção (25/5) foram comemorados em sessão solene realizada no Plenário da Casa, proposta pelo senador Izalci Lucas (PSDB-DF). O evento foi prestigiado pelo juiz titular da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal (VIJ/DF), Renato Rodvalho Scussel, por agentes de proteção e servidores da Vara.

A solenidade foi aberta pelo senador Izalci Lucas e iniciada com a execução do Hino Nacional pela banda de música do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Na sequência, foi exibido um vídeo sobre o projeto “Em busca de um lar”, lançado em 2/5 pela VIJ-DF, que estimula a aproximação entre interessados em adotar e as crianças e os adolescentes cadastrados para adoção e com poucas chances de conseguirem um lar em face do seu perfil, ou seja, aqueles com problemas de saúde, pertencentes a grupo de irmãos ou com idade mais avançada. Em seguida, a contadora de histórias Nyedja Gennari narrou de forma descontraída as atribuições dos agentes de proteção e recitou o poema “Dar à luz”, de Bráulio Bessa, que fala sobre adoção.

Em seu discurso, o senador Izalci Lucas enalteceu os agentes de proteção: “Subordinados à VIJ, eles dedicam parte de seu tempo espontaneamente e sem remuneração para mudar uma realidade muitas vezes difícil e chocante. Todos sabemos da violência das ruas, do perigo das drogas, da presença de abusos e bebidas a que estão sujeitos nossas crianças e adolescentes”. O senador se referiu à Lei nº 13.106/2015, que tornou crime a oferta de bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes e realçou a função do agente de proteção para coibir a prática: “Sem a justiça especializada e a contribuição de cada um de vocês, a lei fica só no papel”.

Representando os demais agentes de proteção, alguns deles receberam nominalmente, das mãos do senador, um certificado de honra ao mérito como reconhecimento aos relevantes serviços prestados à comunidade. Para lembrar o Dia Nacional da Adoção, Izalci também citou o poema de Bráulio Bessa, que em um trecho diz: “Quem gera nem sempre cuida, mas quem ama vai cuidar, independente da cor, da pele, da genética, do sangue. O amor vai mais além, quem adota um filho é adotado também”.

O presidente da Associação dos Agentes de Proteção da VIJ-DF, Augusto César de Souza Sobrinho, discursou representando a categoria na tribuna do Senado. Ele informou que os cerca de 250 voluntários do Distrito Federal cumpriram em 2018 mais de 400 fiscalizações, realizaram diversas autuações e operações em conjunto com outros órgãos. Sobrinho fez questão de trazer à compreensão o verdadeiro papel de tal função: “A figura do agente de proteção, por vezes, é associada à ação policiaisca, levando muitos a pensarem em uma polícia de crianças e adolescentes, o que é errôneo, pois a real e única finalidade desses profissionais é

proteger e fiscalizar se esses meninos e meninas se encontram em situação de risco e prevenir atos contra eles”, explicou.

Iniciativas da VIJ

Agente de proteção há décadas, o assessor técnico da VIJ-DF, Eustáquio Coutinho, também comanda setores técnicos da Vara, como a Seção de Colocação em Família Substituta (Sefam), que cuida da área de adoção, e a Seção de Apuração e Proteção (Seapro), esta responsável por lidar com esses voluntários. Coutinho falou da mudança de nomenclatura por lei distrital de comissários para agentes de proteção. Segundo ele, a alteração serviu para se adequar à finalidade da função: “Somos pessoas com o intuito de proteger a criança e o adolescente”.

O assessor técnico também comentou sobre o Dia Nacional da Adoção e explicou a importância do projeto “Em busca de um lar”, recentemente lançado pela Vara: “É uma iniciativa ousada para sensibilizar famílias que estejam ou não no cadastro, mas que desejam ter um filho para amar. E essas crianças e adolescentes também querem uma família para amar, que possam dar colo e carinho”, destacou. O assessor técnico aproveitou para explicar brevemente alguns programas da VIJ-DF na área de adoção, como o “Vivências e Convivências”, que objetiva apoiar as famílias que já adotaram uma criança; o “Curso de Preparação para Adoção”, realizado pela equipe psicossocial da Sefam/VIJ-DF e voltado às famílias que pretendem ingressar no cadastro de adoção; e o “Acompanhamento à Gestante”, que visa ao acolhimento e à orientação às gestantes e mães que não desejam ou têm dúvidas em assumir seus filhos e pretendem entregá-los em adoção.

A diretora-geral administrativa da VIJ-DF, Simone Resende, também se manifestou e convidou todos a refletirem sobre a importância da prevenção desde a tenra idade das crianças: “Eu acredito que tenhamos que pensar na proteção e em leis preventivas desde a infância porque se nós tivéssemos políticas públicas focadas na proteção da infância, na saúde, educação e segurança pública para todos, igualmente e indistintamente, nós não teríamos que cuidar lá na frente de uma maneira tão efetiva”, declarou. Ela encerrou sua fala com uma reflexão: “Ouvi outro dia um pensamento que me marcou. Se você tem 80 anos e vive até os 90, você ganhou 10 anos na sua velhice, mas continuará tendo vivido somente 12 anos de infância. A medicina tem cuidado para estender o final da vida, mas a magia da vida está no começo dela”, finalizou.

Recorde de adoções

O juiz Renato Rodvalho Scussel, titular da VIJ-DF, agradeceu a homenagem proposta pelo senador. “Nosso momento é de agradecimento e conagração a essa Casa por ter homenageado tão nobre missão. Comentava há pouco que as Polícias Civil e Militar têm suas atribuições, assim como o Corpo de Bombeiros. Entretanto, nas ruas, boates e eventos, quem cuida preventivamente das crianças e adolescentes e quando estão em situação de vulnerabilidade são os agentes de proteção”, enfatizou.

Ao mencionar o Dia Nacional da Adoção, Scussel relembrou que a VIJ-DF bateu o próprio recorde pelo terceiro ano consecutivo, realizando 81 adoções em 2018. “Contudo há mais de 130 crianças e adolescentes cadastrados aguardando por um lar adotivo”, alertou o magistrado fazendo referência ao projeto “Em busca de um lar”, que pretende incentivar a adoção de meninos e meninas com perfil diferenciado daquele que normalmente os interessados desejam acolher como filhos.

A sessão foi encerrada com a apresentação pela banda do Corpo de Bombeiros Militar do DF da música “Semente do Amanhã”, de Gonzaguinha. Estavam presentes à sessão a supervisora substituta da Seapro/VIJ-DF, Carmelita Pereira Cardoso; a supervisora substituta da Sefam/VIJ-DF, Niva Campos; diversos servidores da Vara, agentes de proteção e algumas autoridades.

Assunto: Governo de Pernambuco e MPT discutem inclusão de socioeducandos no mercado de trabalho

Fonte: Governo do Estado de PE

Data: 28/05/2019



Uma articulação entre o Governo de Pernambuco e o Ministério Público do Trabalho (MPT) está prestes a ampliar a inserção de adolescentes da Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase) em vagas de aprendizagem profissional. A ideia é que empresas que têm cotas sociais a cumprir, mas não dispõem de espaço físico, custeiem os encargos trabalhistas e o processo de profissionalização de socioeducandos. Já as aulas seriam ofertadas por entidades formadoras, e a parte prática, executada dentro das unidades da Funase em que os jovens participantes estivessem sendo atendidos.

O tema vem sendo discutido desde abril, em reuniões com a presença do secretário de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, Sileno Guedes, da presidente da Funase, Nadja Alencar, da procuradora-chefe do MPT-PE, Adriana Gondim, e da procuradora do Trabalho Jailda Pinto, coordenadora em Pernambuco da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente do MPT. Na última sexta-feira (24), em uma nova rodada de articulações, também houve a participação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Na ocasião, a Funase sugeriu que a parceria contemple a realização de cursos de aprendizagem como Manutenção Predial, Costura, Corte de Cabelo e Recondicionamento de Computadores em unidades socioeducativas de todo o Estado, conforme interesses dos jovens apontados em levantamento concluído em janeiro.

Outra questão discutida foi a aquisição de equipamentos para os espaços de realização dos cursos. Uma das ideias é que o MPT reverta multas trabalhistas para o trabalho social desenvolvido pela Funase. Para isso, devem ser elaborados projetos para a utilização desses recursos. Nos próximos 30 dias, a fundação ainda deve indicar a uma planilha de custos e equipamentos necessários para a oferta de cursos na área de informática/robótica em todas as unidades do Estado, a necessidade de cursos no Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) Santa Luzia, de turmas na área de costura para os socioeducandos de Caruaru e do potencial de extensão do curso de Auxiliar Técnico em Agropecuária, que já é ofertado para adolescentes do Case Petrolina.

“O saldo das reuniões tem sido muito positivo. Todos os órgãos envolvidos estão empenhados em ampliar as oportunidades de educação profissional voltadas a socioeducandos e egressos do sistema socioeducativo. Isso pode ser feito a partir de vagas de aprendizagem que já existem, mas que acabam ficando ociosas, nos casos em que as cotas das empresas não são cumpridas. É uma articulação que se mostra muito importante para o adolescente, que, enquanto estiver na Funase, precisa encontrar as condições de aprender um ofício e se preparar para o mercado de trabalho”, avalia a presidente da Funase, Nadja Alencar.

Ainda estiveram presentes na reunião da última sexta-feira a superintendente geral de Planejamento e Orçamento da Funase, Zed Galvão, o coordenador do Eixo Profissionalização, Esporte, Cultura e Lazer da instituição, Normando de Albuquerque, e a coordenadora regional de Aprendizagem e do Programa Senai de Ações Inclusivas, Andréa Ramos.

APRENDIZES – Segundo a Lei Federal nº 10.097/00, empresas de médio e grande porte devem ter como aprendizes de 5% a 15% de seu quadro de pessoal. A legislação contempla adolescentes e jovens com idades entre 14 e 24 anos, que têm que estar estudando. Segundo o MPT, a contratação de aprendizes é uma alternativa indireta no combate ao trabalho infantil e ajuda a reduzir a evasão escolar. Também é uma saída para a profissionalização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, além de ser um apoio para reduzir a vulnerabilidade social de jovens que já saíram da Funase e as chances de reincidência em atos infracionais. O tema voltará a ser discutido no dia 14 de junho, às 9h, na sede do MPT-PE, no bairro do Espinheiro, no Recife.

Assunto: Por falta de vínculo com padrinhos, Terceira Turma determina permanência de criança com casal adotivo

Fonte: STJ

Data: 28/05/2019



A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) concedeu habeas corpus para garantir a um casal inscrito no Cadastro Nacional de Adoção (CNA) o direito de permanecer com a guarda provisória de uma criança que também era disputada por seus padrinhos.

O colegiado entendeu que o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), ao deferir a guarda em favor dos padrinhos, desconsiderou os termos da sentença proferida em processo de destituição do poder familiar, transitada em julgado, em que se afastou a existência de vínculo afetivo da criança com eles. Além disso, a Turma levou em conta o deferimento judicial de guarda provisória ao casal adotante e a comprovação do relacionamento criado entre o menor e o casal após quatro meses de convívio.

Na ação de destituição do poder familiar, após o reconhecimento do abandono afetivo e da situação de adoção irregular articulada pelos genitores em conjunto com os supostos padrinhos, o magistrado decretou a perda do poder familiar dos pais e determinou o acolhimento institucional da criança.

Ações paralelas

Depois do abrigamento, um casal inscrito no CNA fez o pedido de guarda provisória, até que fossem cumpridas as exigências legais para a adoção. O pedido foi acolhido pelo juiz, que também determinou a realização de estudo técnico sobre a situação familiar.

Paralelamente, os padrinhos também ajuizaram ação de guarda provisória, a qual foi julgada improcedente em primeiro grau. O TJSC, porém, concedeu a guarda aos padrinhos, que receberam o menor após sua permanência com a família adotiva por mais de quatro meses.

Pacificação de conflitos

Em análise do pedido de habeas corpus contra a decisão do TJSC, o ministro Marco Aurélio Bellizze afirmou que, no curso da ação de destituição do poder familiar, o magistrado, com base nos estudos sociais, nas provas juntadas aos autos e nos pareceres do Ministério Público, concluiu que não houve o estabelecimento de vínculo afetivo entre a criança e os padrinhos.

Mesmo assim, apontou o ministro, o TJSC deferiu a guarda provisória aos padrinhos sem nenhuma referência à condição atual da criança, que já se encontrava com a família adotiva havia mais de quatro meses.

Segundo Bellizze, não é admissível que o Poder Judiciário, responsável pela pacificação de conflitos, “promova, por meio de suas decisões – no caso, contraditórias entre si –, a

consolidação de situações fáticas não albergadas pelo ordenamento jurídico, notadamente em casos como o retratado nos presentes autos, em situação típica de adoção irregular engendrada pelos genitores em conluio com pretensos adotantes, a pretexto de criar, artificialmente, um vínculo de afeto com a criança e de burlar, por consequência, a ordem cronológica do cadastro”.

Melhor interesse

O relator lembrou que a preferência das pessoas cronologicamente cadastradas para adotar não tem caráter absoluto, podendo haver exceções em respeito ao princípio do melhor interesse da criança, como no caso da existência de vínculo afetivo entre o menor e o adotante, ainda que sem registro no CNA.

Entretanto, ao conceder o habeas corpus, o relator concluiu que “a aludida circunstância excepcional foi peremptoriamente afastada na ação de perda de poder familiar dos genitores, transitada em julgado, o que foi relegado a segundo plano pelo acórdão ora impugnado. Tampouco a atual situação do menor, com o verossímil estabelecimento de vínculo afetivo com o casal, mereceu análise pelo acórdão infirmado, a ensejar, por conseguinte, a concessão da ordem impetrada”.

Assunto: Proposta aprovada recomenda atuação conjunta entre MPT e MPs estaduais para enfrentar o trabalho infantil

Fonte: CNMP

Data: 28/05/2019



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) aprovou, por unanimidade, nesta terça-feira, 28 de maio, durante a 8ª Sessão Ordinária de 2019, proposta de recomendação que dispõe acerca da atuação conjunta entre o Ministério Público do Trabalho e os Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal e Territórios visando ao enfrentamento do trabalho infantil e à profissionalização de adolescentes e jovens.

A proposta foi apresentada pelos conselheiros Leonardo Accioly e Sebastião Caixeta e relatada pelo conselheiro Valter Shuenquener.

A proposição é fruto do acordo de resultados elaborado ao fim da Ação Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Infantil: Educação, Profissionalização e Políticas Públicas. O evento foi realizado em maio de 2018, por iniciativa da Comissão da Infância e Juventude (CIJ/CNMP), presidida pelo conselheiro Leonardo Accioly, e da Comissão de Planejamento Estratégico (CPE/CNMP), presidida pelo conselheiro Sebastião Caixeta.

O conselheiro Valter Shuenquener incorporou ao texto sugestões formuladas pelo Ministério Público do Estado do Acre e pelo Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte.

A recomendação aprovada estipula que a atuação interinstitucional contemplará medidas que visem a assegurar o direito à formação profissional de adolescentes e jovens por meio de contratos de aprendizagem. Além disso, as iniciativas ministeriais priorizarão os adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e risco social, em especial os que cumprem medidas socioeducativas, os que estão acolhidos e aqueles em situação de trabalho infantil.

Ainda de acordo com o texto aprovado, o enfrentamento do trabalho infantil e a promoção da profissionalização de adolescentes e jovens poderão ser realizados por meio de ações como a realização de seminários locais para discussão e enfrentamento do trabalho infantojuvenil reunindo, prioritariamente, procuradores do Trabalho e promotores de Justiça vinculados ao acolhimento institucional, ao sistema socioeducativo ou, de modo geral, os promotores de Justiça que atuam na defesa da Infância e da Juventude.

Outra ação que consta da recomendação é a assinatura de termos de cooperação para destinação de verbas oriundas de Termo de Ajuste de Conduta e Ação Civil Pública, por parte do Ministério Público do Trabalho, com fiscalização pelo Ministério Público Estadual ou Distrital, voltadas a projetos vinculados à proteção da infância e da adolescência, entre outras questões que possam ser considerados relevantes.